

Arqueologia da Paisagem nas Montanhas do Noroeste de Portugal. O caso do Parque Nacional da Peneda Gerês

Luís Fontes *

Palavras-chave

Arqueologia da Paisagem; Paisagem de montanha; Noroeste de Portugal; Povoamento na longa duração

Keywords

Landscape Archaeology; Mountain Landscapes; Northwest Portugal; Long term settlement

Resumo

É generalizadamente reconhecido que os sistemas montanhosos europeus constituem, com os seus recursos ambientais e culturais, uma componente crítica para a sobrevivência da população do continente.

Acompanhando estas preocupações, tem vindo a promover-se um maior conhecimento dos sistemas montanhosos, identificando-se já uma área de pesquisa centrada no estudo das paisagens culturais de montanha, refletindo os progressos feitos nas abordagens paisagísticas para a conservação e para o desenvolvimento das orientações consagradas na Convenção Europeia da Paisagem, Florença 2000.

Tendo por referência o Parque Nacional da Peneda-Gerês e os trabalhos desenvolvidos no âmbito da preparação da revisão do seu plano de ordenamento, o estudo que aqui se apresenta pretende demonstrar a importância da Arqueologia da Paisagem para o conhecimento das áreas de montanha, ensaiando uma abordagem arqueológica e histórica de longa duração, no sentido de compreender a evolução da ocupação humana e de interrogar os modelos de desenvolvimento das comunidades atuais.

Abstract

European mountains are areas of vital importance to the continent's population.

Such importance led to an increased knowledge promotion related with the mountainous systems, which originated a new research area centered on the study of the mountainous cultural landscapes. The latter also reflects the scientific progress over the landscape conservation and development approaches, established in the European Landscape Convention, Florence 2000.

Our study constitutes an example of the application of Landscape Archaeology in a proposal entitled "Revision of the Plan of Land Arrangement of the National Park of the Peneda-Gerês". The study, centered on archaeological and historical long term occupation, tried to assess: a) the evolution of the territorial structure, in a diachronic perspective, identifying the periods and the most important phenomena in the formation of the PNPG landscapes, as well as the changes and continuities, equilibriums and breaks; b) the development models of present communities.

* Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Este artigo adapta, atualiza e desenvolve a comunicação que apresentamos no congresso internacional "LIVING LANDSCAPE. The European Landscape Convention in research perspective. Scientific Conference FLORENCE+10", que decorreu em Florença, de 18 a 19 de Outubro de 2010 (Fontes, 2010).

1. Introdução

Como sublinha o relatório final da Comissão Europeia “Mountain Areas in Europe: Analysis of mountain areas in EU member states, acceding and other European countries” (European Commission contract No 2002.CE.16.0.AT.136, January 2004), as montanhas europeias são, por várias razões, de importância vital para as populações do continente.

O reconhecimento dessa importância conduziu à promoção do aumento de conhecimento relativamente aos sistemas montanhosos, constituindo-se uma nova área de investigação, orientada para o estudo das paisagens culturais de montanha. Este interesse redobrado pelas montanhas reflete, também, os progressos científicos nas abordagens das paisagens feitas numa perspetiva de conservação e desenvolvimento, consagradas na Convenção Europeia da Paisagem, Florença 2000 (European Treaty Series - N.º 176), e igualmente presentes no conceito de “Paisagem Cultural” como categoria patrimonial, estabelecida na Convenção Mundial do Património em 1972¹.

Na perspetiva do desenvolvimento sustentável, que exige uma abordagem específica e holística, a Arqueologia deu um importante contributo para o conhecimento, necessariamente multidisciplinar, dos sistemas montanhosos, especialmente através da Arqueologia da Paisagem (Dax and Hovorka, 2002).

Um dos mais importantes contributos dos estudos arqueológicos respeita à nova perceção dos espaços de montanha como espaços verdadeiramente culturais, resultantes da ação humana pelo menos desde há 8.000 anos, contradizendo a ideia anterior das montanhas como espaços naturais inalterados, sem impacte humano significativo.

Este artigo tem por base os estudos que realizamos na área do Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG) nos últimos 15 anos

e que serviram, também, como orientação do nosso contributo em sede de Comissão Científica de Acompanhamento da revisão do Plano de Ordenamento do PNPG, em 2008-2010, cuja proposta, em concordância com a Convenção Europeia da Paisagem e na linha de semelhantes programas desenvolvidos em inúmeros países que a ratificaram, incluía os seguintes objetivos estratégicos:

- a) Preservar a herança cultural, material e imaterial, com o objetivo de conservar a identidade e memória coletivas;
- b) Assegurar a proteção dos valores culturais das paisagens, para fins culturais, espirituais, científicos, educativos e recreativos;
- c) Planear e promover um esquema de visitação sustentável, com o objetivo de estimular e mobilizar a sociedade para a conservação da herança natural e cultural.

2. Perspetivas e Conceitos

Perfilando uma perspetiva de abordagem eclética ou pluriperspectivada, para este trabalho definimos paisagem como a manifestação espacial das relações entre humanos e o meio ambiente. Paisagem é, portanto, uma categoria cultural. Deste modo, cultura é o instrumento, ou sistema, desenvolvido pelo género humano para se relacionar com o meio físico tendo em vista garantir a sua sobrevivência, o que implica o reconhecimento de que a paisagem não é apenas um objeto físico, mas sobretudo um quadro ambiental para cuja modelação também contribuiu a ação humana, ao longo de um tempo dilatado, nele delimitando distintos territórios (Fontes, 2012:37).

Considera-se, portanto, que não é possível entender e explicar uma paisagem sem ter em conta a presença humana, as suas atuações e consequências. Se a esta definição acrescentarmos a longa duração da intervenção

¹ Conceito que a legislação portuguesa inclui, ainda que indiretamente - Lei n.º 107/01, de 8 de Setembro, artigos 2.º e 14.º (*Diário da República*, n.º 209/01 SÉRIE I-A, p.5808-5829).

humana, conferimos uma dimensão temporal à análise e damos “espessura” à paisagem. E porque da conjugação da ação humana com a natureza, no tempo histórico, se produziu uma acumulação de incontáveis camadas, na memória e no próprio terreno, a paisagem constitui-se como um complexo repositório de sinais, compreensíveis apenas enquanto expressões de cultura – deste modo, paisagem é sempre uma paisagem cultural, ou não é paisagem (Hernández León, 2007:11).

3. Objetivos e Metodologia

A compreensão da evolução da estrutura territorial, numa perspetiva de larga diacronia, identificando os períodos e fenómenos mais importantes na formação da paisagem do PNPG, bem como as continuidades e mudanças, equilíbrios e ruturas, implicou a definição e adoção de procedimentos e de ferramentas metodológicas específicas.

De facto, a Arqueologia da Paisagem requer a mobilização de um vasto conjunto de dados, principalmente nas áreas da arqueologia e história, geologia e geografia, biologia e ecologia, economia e sociedade, para identificar, relacionar e entender todos os traços dos sítios desaparecidos e das suas envolventes, também desaparecidas (Criado Boado, 1999; David and Thomas, 2008).

A sua prática exige um conjunto de técnicas e procedimentos diversos, que vão da prospeção de campo à análise de fotografia aérea e cartografia temática, da palinologia à toponímia, ou ainda da escavação arqueológica à consulta de arquivos documentais (Orengo e Ejarque, 2008). O arqueólogo deve, portanto, abordar e tratar fontes de informação diversas e articular os distintos contributos numa síntese integradora, mesmo que precária.

Para o trabalho que aqui apresentamos, necessariamente sintético, tivemos por base o inventário de sítios e achados arqueológicos, elaborado através de prospeções de campo, precedidas e/ou complementadas pela recolha de toda a informação arqueológica, histórica e

geográfica existente, por análises de fotografia aérea e de cartografia e por consultas bibliográficas e de fontes documentais escritas.

Na fase de análise da informação, demos particular importância à análise da estrutura territorial, entendida como análise da distribuição dos núcleos habitacionais humanos, considerando as condições fisiográficas, a distribuição do habitat, os usos potenciais do solo e as acessibilidades. Privilegiamos o nível de análise macro, considerando sobretudo a funcionalidade dos sítios e relações inter-sítios, vinculados com as áreas potenciais de exploração de recursos. Utilizamos igualmente técnicas de sobreposição cartográfica de informação, obtendo combinações também com expressão cartográfica ou “cartas síntese” (Aramburu Maqua e Escribano Bombín, 2006).

Procedemos finalmente à interpretação dos dados, ensaiando uma leitura diacrónica da paisagem, expressa em cartas de povoamento humano nos principais períodos cronológicos. A cartografia produzida, parte da qual aqui se apresenta, integrou a proposta de revisão do Plano de Ordenamento do PNPG submetida a discussão pública em 2009 (PO-PNPG, 2011).

4. O Parque Nacional da Peneda-Gerês: uma paisagem de montanha

O Parque Nacional da Peneda-Gerês, adiante designado PNPG, foi a primeira área protegida criada em Portugal e é a única que possui o estatuto de Parque Nacional, merecendo, desde a sua criação, idêntica qualificação por parte da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN).

Foi criado pelo Decreto nº 187/71, de 8 de Maio, tendo o atual Plano de Ordenamento e respetivo Regulamento sido aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 11-A/2011, de 4 de Fevereiro (*Diário da República*, n.º 25, Suplemento, Série I de 2011-02-04 - Presidência do Conselho de Ministros).

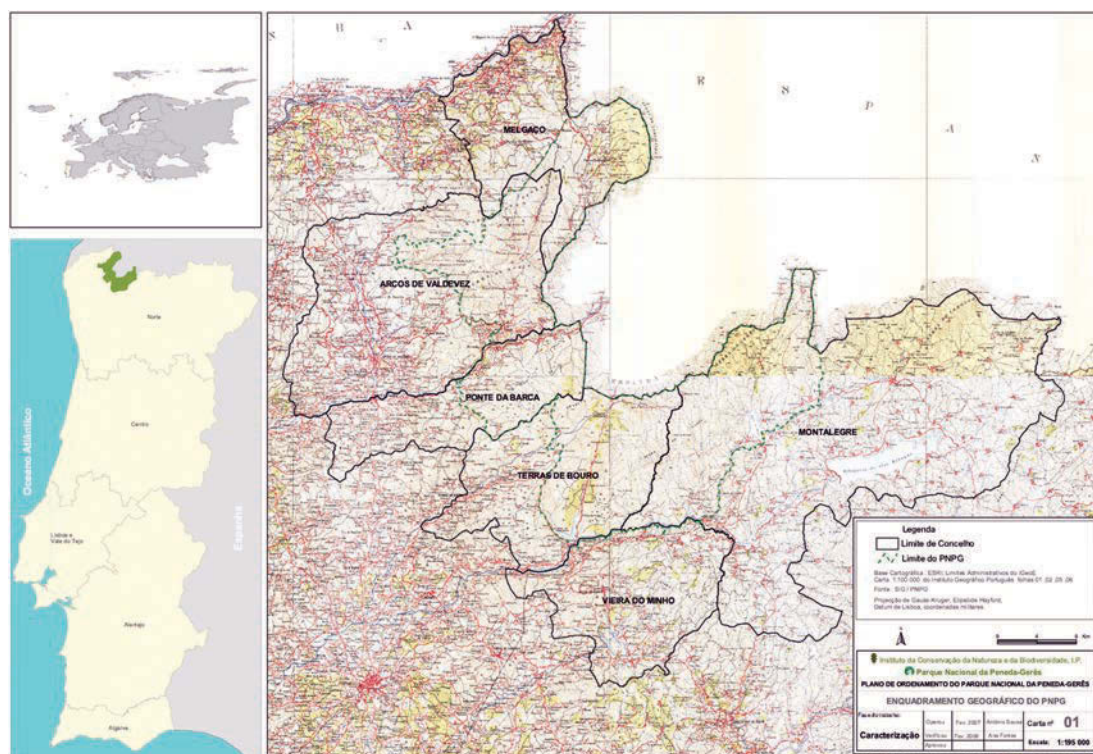


Figura 1. Localização geográfica e administrativa do PNPG (SIG/PO PNPG).

O PNPG localiza-se no norte de Portugal, na zona de transição entre o Minho e Trás-os-Montes. Está inserido no NUT II - Norte, sendo confinado pelos meridianos $8^{\circ} 25'$ e $7^{\circ} 53' W$ e pelos paralelos $41^{\circ} 41'$ e $42^{\circ} 05' N$. Ocupa uma área de 69.596 Ha, com uma população residente de 11.046 habitantes (em 2001), distribuída por 22 freguesias de 5 concelhos: Castro Laboreiro e Lamas de Mouro (concelho de Melgaço), Cabana Maior, Cabreiro, Gavieira, Gondoriz e Soajo (concelho de Arcos de Valdevez), Britelo, Entre-ambos-os-Rios, Ermida, Germil e Lindoso (concelho de Ponte da Barca), Campo do Gerês, Covide, Rio Caldo e Vilar da Veiga (concelho de Terras de Bouro) e Cabril, Covelães, Outeiro, Pitões das Júnias, Sezelhe e Tourém (concelho de Montalegre).

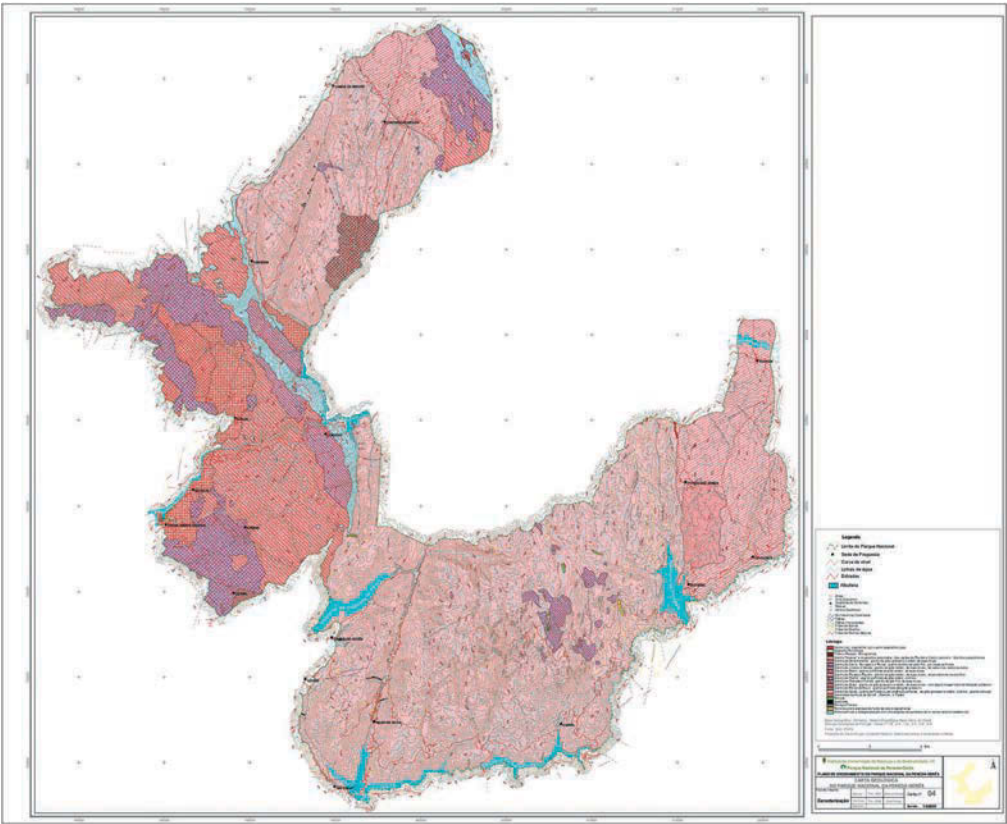
4.1. O Quadro Físico

Estruturalmente, no contexto peninsular, esta região situa-se na subzona da Galiza Média/Trás-os-Montes, subdivisão que se integra na mais

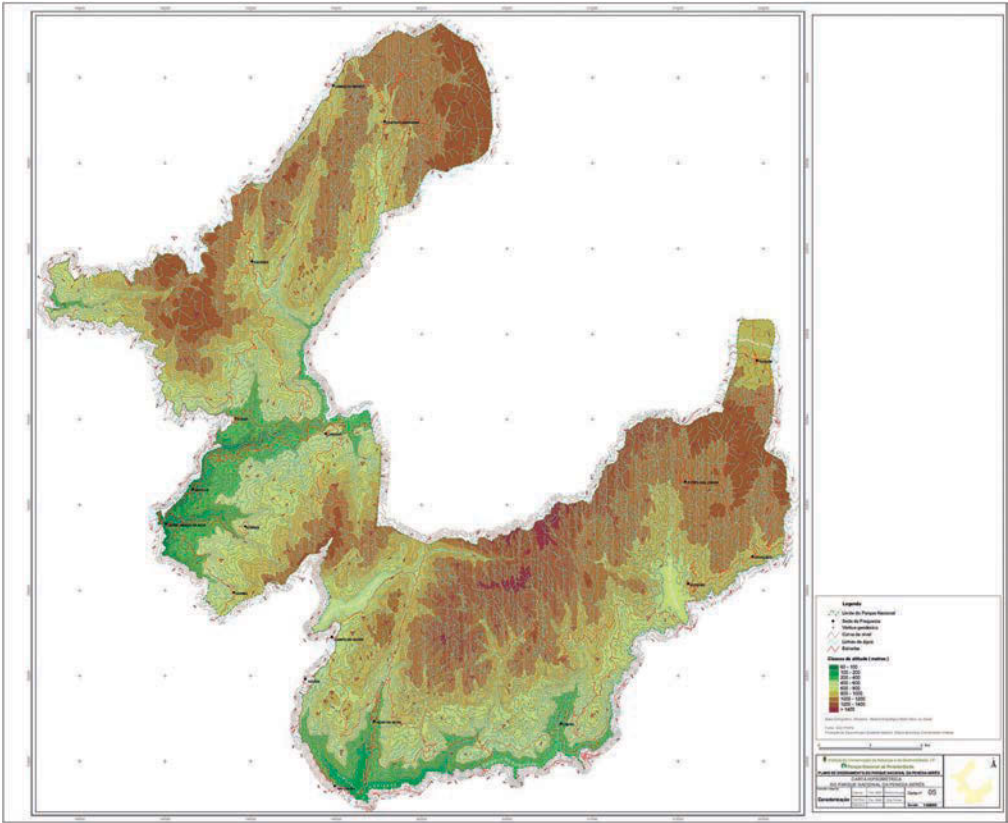
vasta Zona Centro-Ibérica correspondente ao chamado Maciço Hespérico ou Antigo, modelado principalmente por movimentos hercínicos ocorridos há cerca de trezentos milhões de anos e que originaram a formação de várias cadeias montanhosas.

À escala do NO peninsular, as montanhas do PNPG integram-se na massa montanhosa galaico-duriense, que se dispõe aberta em patamares para o Atlântico, disposição devida à tectónica hercínica e à epirogenia terciária (Coudé-Gaussen, 1979:20; Medeiros, 1991:29 e sgs.).

A tectónica hercínica e tardi-hercínica, ao determinar a orientação geral dos relevos e a densa fracturação do modelado granítico, condicionaram igualmente a implantação da rede hidrográfica, correndo os principais rios no sentido ENE-WSW, encaixados em grandes linhas de fratura. É o caso dos rios que recortam as montanhas do PNPG, Minho, Lima, Homem e Cávado, em cujos interflúvios se elevam as serras



Figuras 2 e 3.
Carta Geológica e
Hipsométrica do PNPG
(SIG/PO PNPG).



da Peneda-Soajo (1.416 m), Amarela (1.361m) e Gerês (1.507 m). Os seus leitos apresentam-se condicionados por falhas, tal como os leitos dos tributários principais e secundários que correm também, pelo menos parcialmente, em vales tectónicos, formando no conjunto densas redes dendríticas de drenagem.

A existência de morfologia glaciária está bem documentada nas montanhas da região, identificando-se vales de perfil em “U”, moreias laterais e de fundo, blocos erráticos, penedos estriados e lagoas no vale alto do rio Vez e nas serras da Peneda e do Gerês. Na serra Amarela existem vestígios de glaciação incipiente (Coudé-Gaussen, 1979).

É ainda à disposição dos relevos, pela influência oceânica a que estão sujeitos, que se devem as características básicas do clima e da vegetação.

A concentração das principais massas de relevo no Norte peninsular reforça as condições gerais da circulação atmosférica na plataforma continental, provocando aí maiores precipitações. Comparativamente ao resto do país, e mesmo ao continente europeu, é nas montanhas do NO português que se registam as mais elevadas precipitações – acima dos 3.000 mm no Gerês, chovendo em todo o Norte do país sempre mais de 100 dias por ano (Medeiros, 1991:84; Brito, 1994:54; Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1994:358 e 398-406).

No quadro da heterogeneidade de tipos climáticos que a diversa articulação destes três principais fatores origina na Península Ibérica, o Noroeste português é geralmente incluído no domínio da influência atlântica, fazendo-se corresponder às suas montanhas um clima diferenciado - na separação entre os grandes tipos climáticos Marítimo e Continental, os maciços montanhosos são “marcados por forte dissimetria climática” (Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1994:458-459), registando-se cambiantes nos cumes aplanados, nos vales profundos, nas vertentes e nos sopés, agravando-se o clima de montanha acima dos 700 ou 800 metros. Com um Inverno longo, frio e chuvoso,

com precipitação frequente de neve e um Verão curto, seco e fresco, mas claramente marcado, a temperatura média nas montanhas altas não ultrapassa os 10°C.

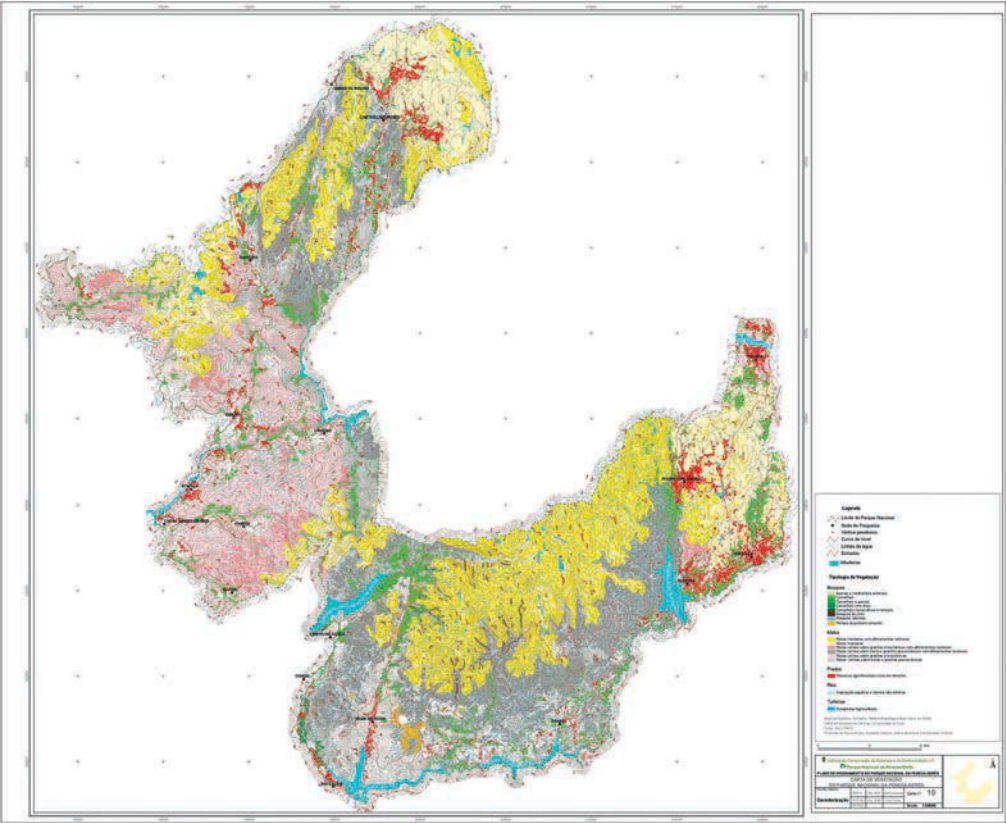
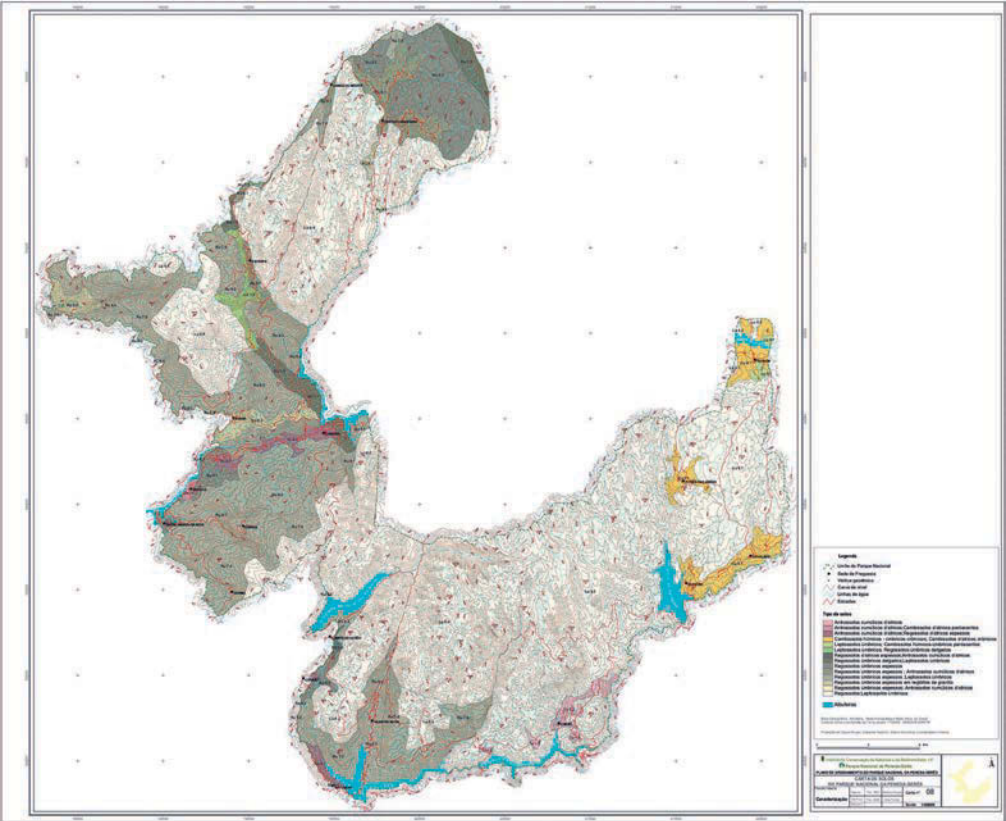
Dominam os solos de origem granítica. De textura ligeira e permeável, com horizonte superficial alterado, apresentam baixos teores de pH, pobreza de bases e elevados teores de matéria orgânica. Esta última resulta fundamentalmente de incorporações maciças de adubo orgânico (estrume), que em conjugação com as elevadas precipitações e as baixas temperaturas Outono/Inverno dão origem a alterações de pH e lixiviação de bases.

Os processos erosivos associados às precipitações elevadas e aos declives acentuados têm alguma influência na constituição dos solos antrópicos, pois justificaram a retenção dos materiais nos socos com que os agricultores armaram os terrenos, desde há séculos e numa tarefa verdadeiramente ciclópica, criando aí solos artificiais aptos para a agricultura.

De acordo com a classificação da FAO, seguida no Atlas do Ambiente de Portugal, o território do PNPG insere-se na grande mancha de Solos Litólicos Húmicos de Climas Montanos (Bh2 nas rochas eruptivas e Bh4 nos xistos), sendo que, como território de montanha, apresenta dominância de Solos Litólicos Húmicos dos Climas Montanos Para-Litossolos (ou Rankers - U1).

Do ponto de vista fitogeográfico, a região do PNPG integra-se maioritariamente na Região Euro Siberiana e parcialmente na Região Mediterrânica, circunstância que lhe confere grande importância florística. Aqui se misturam espécies características da Europa ocidental, muito exigentes quanto às condições atlânticas como o carvalho alvarinho e o tojo, e espécies do domínio mediterrânico, como o sobreiro, o medronheiro e as urzes.

Contudo, parte significativa do coberto vegetal do território do PNPG é resultante da continuada intervenção humana, conservando-se, embora, algumas manchas onde a sua ação



parece não se fazer sentir há já longo tempo, como é o caso das cumeadas da Serra do Gerês e dos fundos dos vales mais inacessíveis do rio Ramiscal, Cabril e Homem. Aí se conserva o que se considera ser a cobertura vegetal espontânea, natural, determinada fundamentalmente pelas condicionantes climáticas e geomorfológicas.

Da conjugação dos fatores geológicos, climáticos e geomorfológicos, em que sobressaem a origem granítica dos solos, a abundância de água e a multiplicidade de declives e plataformas, com solos de qualidade razoável mas pouco espessos, resultou uma cobertura vegetal natural em que dominam as associações vegetais atlânticas, com penetração de espécies vegetais mediterrânicas ou de transição.

Atribui-se à intervenção humana tanto a introdução de outras espécies vegetais mediterrânicas ou de transição, como a degradação progressiva da cobertura vegetal. A generalidade dos autores reconhece, porém, que a paisagem actual, na sua extraordinária diversidade, em que sobressai a oposição ribeira/montanha, é basicamente produto de continuada ação antrópica, verificando-se conseqüentemente uma forte diminuição da “herança biogeográfica” (Coudé-Gaussen, 1979: 479).

Numa abordagem de longa diacronia como a que se pretende fazer para a área do PNPG, interessa conhecer o quadro físico e ambiental atual mas também o que terá acompanhado as comunidades humanas que desde a Pré-História Recente povoam o território.

Porém, o presente trabalho não contemplou a recolha direta de dados sobre esta matéria. Assim, e apesar das limitações decorrentes de se tratar de informação secundária, entendeu-se como mais adequado apresentar uma aproximação generalista, com base em estudos anteriores realizados no PNPG e em áreas próximas e que proporcionaram já algumas sínteses sobre a questão (Ramil Rêgo, 1993; Ramil Rêgo *et al.*, 1996; Oliveira, 2000; Carrión Marco, 2005, Juliá *et al.*, 2007; Carrión & Leroy, 2010; Carrión, 2012).

Com o definitivo recuo da frente polar para as costas da Gronelândia, entre 10.000-9.000 BP, estabeleceu-se o início do período geológico em que nos situamos, o Holoceno. Climaticamente corresponde ao fim do Tardiglacial e ao início do Interglacial atual, distinguindo-se já, com base em critérios climáticos, três grandes períodos: a) entre 10.000-6.000 BP, Fase Anatérmica, com progressivo aumento da temperatura e da humidade; b) entre 6.000-3.000 BP, Optimo Climático, com clima tépido e húmido; c) desde

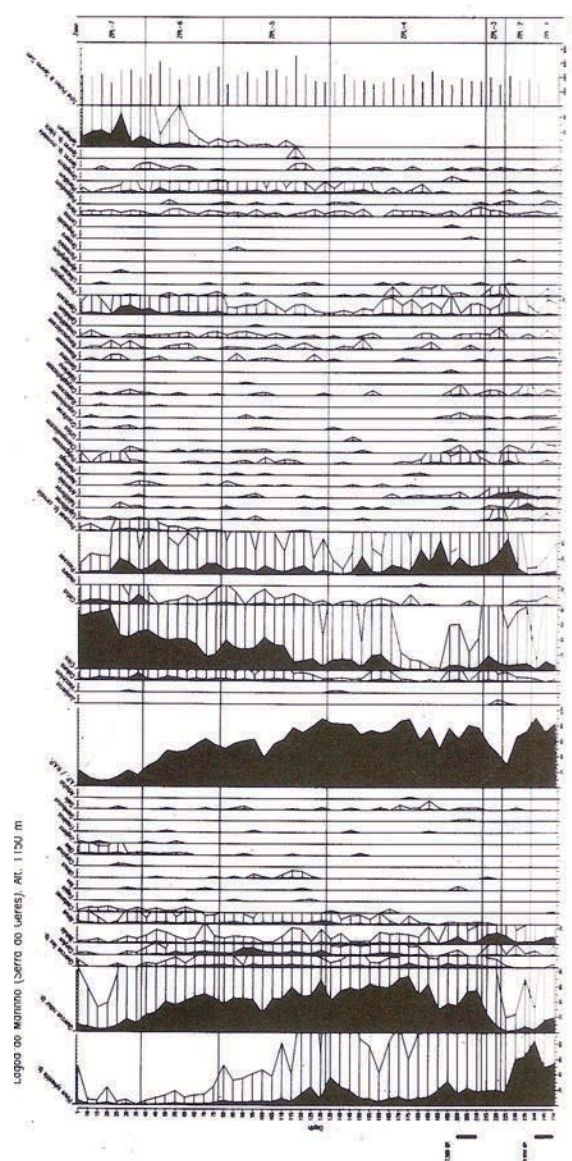


Figura 6. Diagrama polínico da Lagoa do Marinho, Gerês (Ramil-Rêgo *et al.* 1996).

3.000 BP, Fase Catatérmica, com manifestação de períodos frios e temperados, indiciadores de arrefecimento geral.

Ao nível vegetacional registam-se alterações significativas, identificando-se para esta região uma colonização arbórea precoce com dominância de *Quercus* e menor expressão de *Pinus*, *Betula*, *Quercus ilex* e alguma *Corylus*, considerando-se que a primeira teria alcançado o ótimo cerca de 7.500 BP. Do ponto de vista dos solos, o progressivo domínio do carvalhal até à fixação do seu ótimo significa a existência de condições de biostasia e portanto atividade edafogénica intensa.

A parte final da Fase Anatórmica, entre 8.000-6.000 BP, caracteriza-se pela hegemonia do bosque, que se estende pelos vales e encostas em formações densas. No cume dos montes, há muito já libertos das neves perpétuas, desenvolvem-se formações arbustivas e herbáceas.

No PNPG afirma-se a heterogeneidade anteriormente latente, distinguindo-se basicamente três unidades de floresta: a maior altitude dominaria formações de carácter boreal, com *Pinus sylvestris* e *Betula alba*, marcando o limite altimétrico do bosque; abaixo desta formação desenvolver-se-ia a principal massa boscosa, com predominância de caducifólias - *Quercus*, *Alnus*, *Castanea*, etc.; em zonas periféricas ou constituindo pequenas manchas no interior da formação anterior, regista-se a presença de perenifólias termófilas - *Quercus tp. ilex*, *Olea* e *Arbutus* (Ramil Rêgo, 1993:47).

Na fase de Optimo Climático, entre 6.000-3.000 BP, as condições climáticas mantêm-se favoráveis à conservação do domínio florestal, registando-se o predomínio do bosque caducifólio de *Quercus*.

É exatamente neste período que se começam a registar processos erosivos descontínuos e episódios de deflorestação, cujo impacte aumenta em paralelo com o aparecimento e difusão da agricultura cerealífera e com a expansão de herbáceas e arbustivas. A generalidade dos estudiosos reconhece nestes fenómenos uma

causa antrópica, associando-se o incremento das atividades humanas na exploração do meio à difusão do fenómeno antro-po-cultural designado por “megalitismo”.

O impacte da atividade agro-pastoril, um novo modo de exploração do meio manifesto a partir de 3.500 BP, terá variado no tempo e no espaço de acordo com a maior ou menor pressão das populações humanas. No que respeita à cobertura vegetal, as consequências terão sido a diminuição da massa arbórea (com alteração das composição e distribuição das comunidades vegetais), o desenvolvimento das manchas arbustivas e herbáceas e o aumento de *taxas* sinantrópicos e o aparecimento de espécies cerealíferas - é a paisagem de Landnam.

A partir de 3.500-3.000 BP inicia-se a Fase Catatérmica, caracterizada pela sucessão de períodos de deterioração e de melhorias climáticas até configurarem as atuais condições.

A generalidade das sequências polínicas estabelecidas no NW peninsular regista uma significativa diminuição da vegetação arbórea. Porque esta variação não corresponde a qualquer alteração climática importante, considera-se que a retração arbórea é devida ao aumento de processos desflorestadores e da atividade agrícola, isto é, é devida a ação antrópica.

O desenvolvimento destes fenómenos é geralmente associado ao desenvolvimento das sociedades “castrejas” e à romanização (2.500-1.500 BP), sendo certo que se identifica uma significativa recuperação arbórea após o colapso da administração romana na parte ocidental do império, associada a uma crise económica generalizada responsável pela ausência de arroteamentos e bloqueio de processos desflorestadores durante os séculos seguintes (Ramil Rêgo, 1993:53; Ramil Rêgo *et al.*, 1996:207).

A partir da alta Idade Média (séculos VIII-IX) entramos já no domínio da evolução recente da paisagem, registando-se variações na cobertura vegetal caracterizadas no início por alguma alternância entre retração e progressão arbóreas,

associadas a incrementos populacionais e colonização de novos espaços, até finalmente se afirmar a tendência de degradação dos bosques e matas a partir dos séculos XV-XVI. Os diagramas polínicos estabelecidos para as serras próximas da Peneda, Gerês e Cabreira, parecem confirmar esta evolução do coberto vegetal (Ruiz Zapata *et al.*, 1993:99-100). No interior serrano minhoto, os séculos XII e XIII foram um período de efectiva penetração e fixação humana, devendo associar-se-lhe a difusão de novos cultivos lenhosos, como a oliveira, o castanheiro e a videira (Ramil Rêgo *et al.*, 1996:207).

Os séculos XVIII e XIX correspondem ao momento em que, simultaneamente, se expande a área agrícola com a difusão da cultura do milho máis, se verifica a destruição maciça das florestas para alimentar a florescente indústria do ferro e do aço (carvão vegetal para as fundições e para consumo doméstico nas cidades) e se acentua a necessidade de implementar a recuperação arbórea. Delinearam-se então, timidamente no século XIX e mais decididamente no segundo quartel do século XX, políticas de reflorestação dominadas pelas plantações e repovoamentos com pinheiro (*Pinus pinaster*) (Medeiros, 1991:171-172).

O recurso às queimadas e o pastoreio intensivo favoreceu a degradação do solo, não possibilitando o desenvolvimento de edafogénese completas e criando um ambiente de maior *secura* que favoreceu o desenvolvimento de urzais e giestais. Em meados do século passado o sistema tradicional de exploração entrou em crise, devido à emigração dos jovens e ao envelhecimento da população, a par das tentativas de aplicação de planos de reflorestação.

4.2. A Ocupação Humana

4.2.1. Pré-História Recente (6.000-3.000 BP)

Os mais antigos vestígios arqueológicos indicadores de uma ocupação humana continuada, na área do PNPG, remontam a um

período que se estende do Neolítico à Idade do Bronze (IV.^o-I.^o milénio a.C.). Trata-se sobretudo de vastas necrópoles megalíticas, quase sempre associadas a complexos de arte rupestre, que se estendem pelas cumeadas aplanadas das montanhas e pelas cabeceiras de pequenos vales.

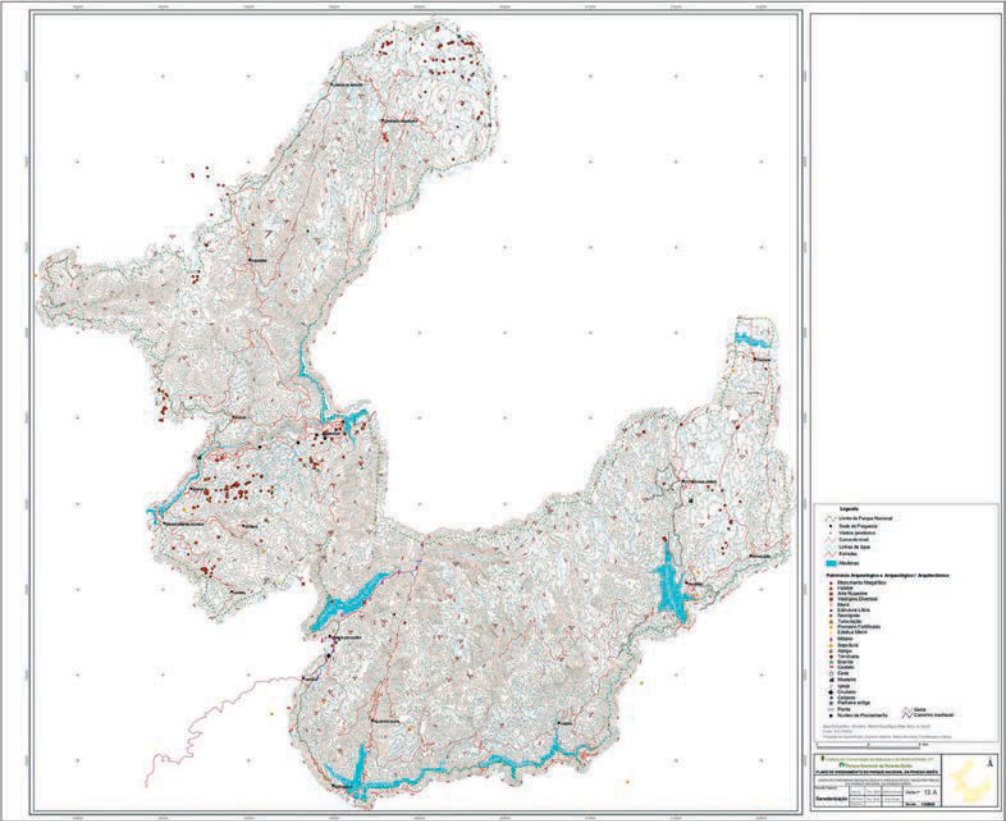
Destacam-se as grandes necrópoles do Planalto de Castro Laboreiro (Melgaço), com cerca de 100 *tumuli* entre os 1.100 e os 1.300 metros de altitude e da Serra Amarela (Ponte da Barca), com cerca de 60 *tumuli* entre os 350-700 metros. Seguem-se as necrópoles do Planalto da Mourela (Montalegre), com 19 *tumuli* acima dos 900 metros, do Mezio (Arcos de Valdevez), com 16 *tumuli* entre os 600-700 metros e de Lamas do Vez (Arcos de Valdevez), com 8 *tumuli* entre os 1100-1200 metros de altitude.

Os povoados associados são ainda mal conhecidos, mas dispersar-se-iam pelas proximidades, como sugere a sua aparente relação com os conjuntos de arte rupestre, de que se destaca o grande complexo do Gião (Arcos de Valdevez), na Serra do Soajo, o “santuário” da Bouça do Colado (Ponte da Barca), na serra Amarela ou ainda a notável escultura antropomórfica da Ermida (Ponte da Barca), estilisticamente datável do II.^o milénio BP.

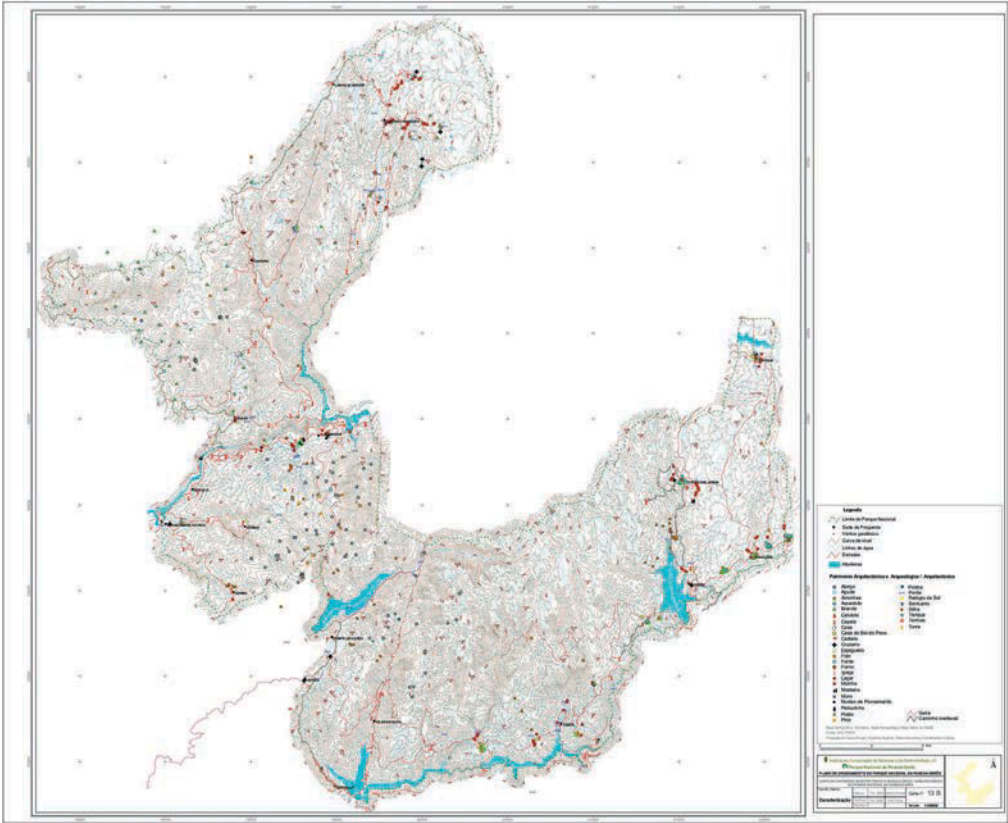
A implantação preferencial em zonas aplanadas de cumeada, a par da evidente expressão topográfica dos *tumuli*, parece relacionar-se, respetivamente, com preferência por áreas de maior potencial de pastoreio e com estratégias de demarcação territorial, conformando uma paisagem ordenada e sinalizada por locais de enterramento, de habitat e de sacralidade, vinculados à definição de eixos de comunicação natural.

4.2.2. Proto-História (3.000-2100 BP)

O I.^o milénio a.C. cobre o período que tradicionalmente se intercala entre o Bronze Final e a Romanização, reconhecendo-se que a este longo intervalo temporal correspondem uma



Figuras 7a e 7b. Cartas de Património Arqueológico e Arquitetónico do PNP (SIG/PO PNP).



série de mutações relacionadas com a emergência das sociedades que se integram na designada Idade do Ferro.

Pouco antes de meados do milénio, o registo arqueológico revela o desenvolvimento de comunidades mais autónomas, potenciadoras de maior diversidade económica e cultural (Martins, 1990:189-190), que no seu conjunto correspondem à designada “Cultura Castreja”.

Para as sociedades dessa época reconhece-se, com base nos textos de autores clássicos como Estrabão, Plínio o Velho e Ptolomeu, uma organização em *castella* (correspondentes aos povoados), agrupados em *populi* ou *civitate* (circunscrições étnico-territoriais com uma significativa expressão geográfica).

O atual território do PNPG faria parte de uma região em que se localizariam as entidades étnicas *Leuni*, *Seurbi*, *Quarquerni*, *Naebisoci*, *Bracari* e

Equaesi, que se integrariam no conjunto mais vasto dos *Callaeci Bracari* (Tranoy, 1981:carte III; Silva, 2007:Est. XI).

Os sítios arqueológicos que testemunham a ocupação deste período correspondem aos povoados fortificados que se implantam nos cumes de montes ou em promontórios de meia vertente, na bordadura dos vales dos principais rios, a uma altitude entre os 700-1.100 metros.

Entre os 13 povoados inventariados, destaca-se o Castro da Calcedónia (Terras de Bouro) e o conjunto de 6 que dominam o troço planáltico inicial do rio Cávado, em Montalegre.

Significativamente, em quase todos os estudos de identificação e localização dos *populi* indígenas referidos pelos autores clássicos, os investigadores que se debruçaram sobre o assunto reconheceram as principais montanhas e rios do PNPG como elementos geográficos de separação, configurando uma espécie de fronteira natural, de ocupação humana residual.

4.2.3. Antiguidade Clássica e Tardia (2100 BP-1300 BP)

Os dois últimos séculos do I.º milénio a.C., apresentam-se como configurando um novo quadro de desenvolvimento, manifesto na maior complexificação das sociedades proto-históricas, com grandes povoados fortificados protourbanos. Na interação dos fatores endógenos e exógenos que explicam este novo quadro releva a integração do Noroeste peninsular na esfera do domínio romano, que decorre a partir do terço final do século II.º a.C. e durante todo o século I.º d.C., na sequência das campanhas militares

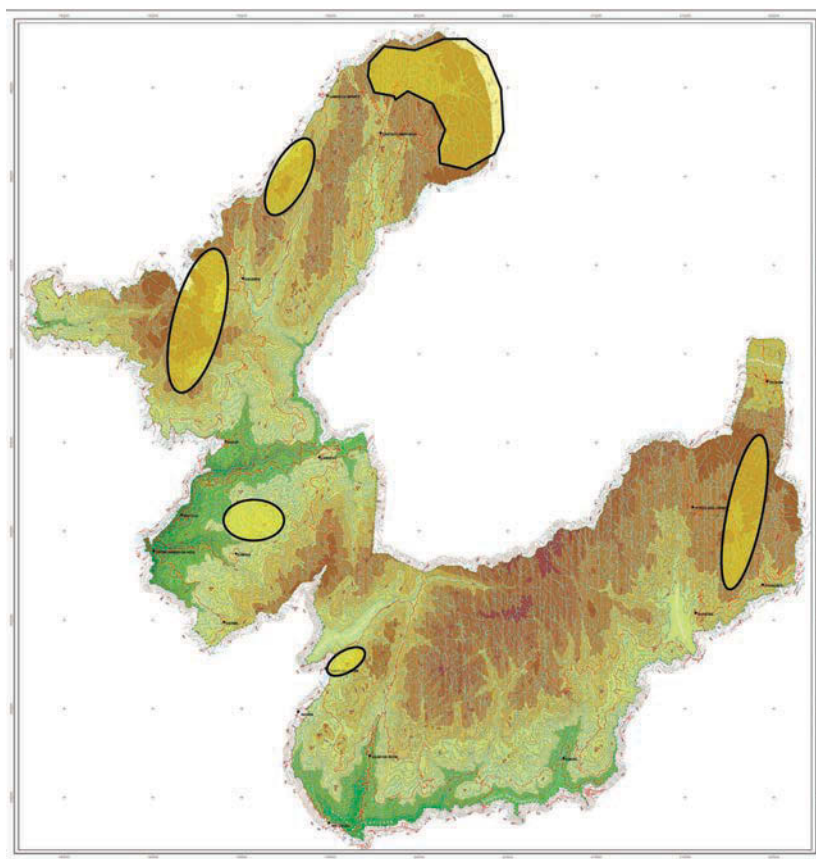


Figura 8. Ocupação Pré-histórica no PNPG (SIG/PO PNPG - LFontes).

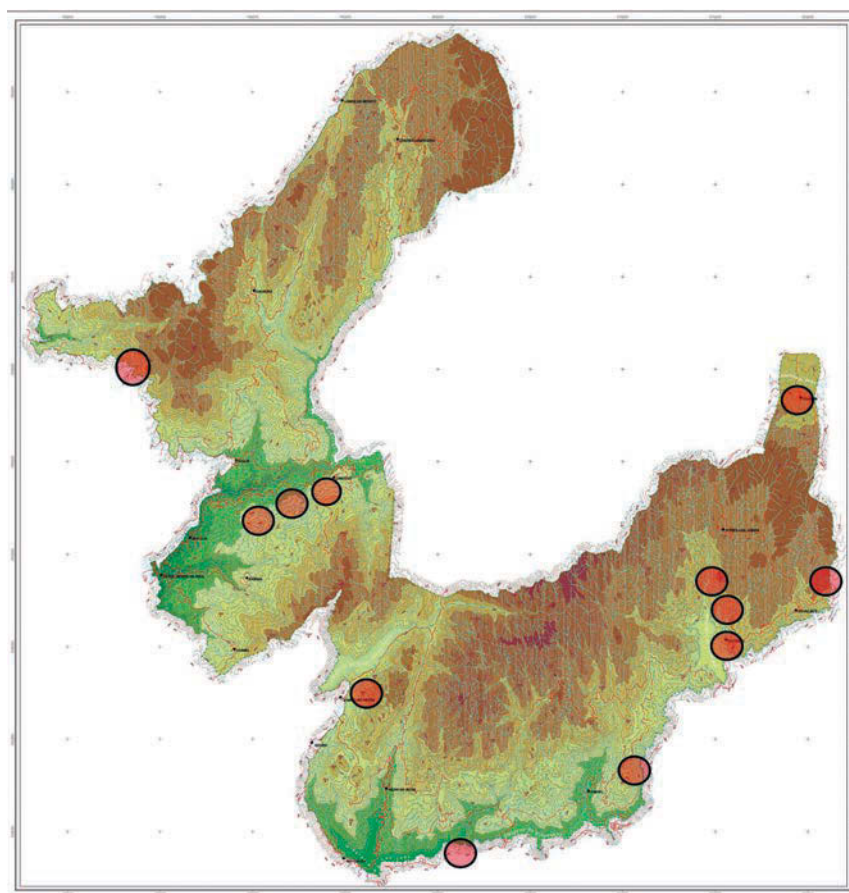


Figura 9. Ocupação Proto-histórica no PNPG (SIG/PO PNPG - LFontes).

protagonizadas por *Decimus Iunius Brutus* (138-136 a.C.), *Publio Crassus* (96-94 a.C.) e *Iulius Caesar* (61 a.C.).

Apartir do século I.º d.C., o modelo romano de organização político-administrativa e económica consolida-se. Na *Callaecia* é promovida uma primeira identidade territorial alargada através da criação dos *Conventus Iuridicus*, ficando o território do PNPG incluído no *Conventus Iuridicus Bracaraugustanus*, com sede em *Bracara Augusta* (Braga), naquilo que se considera ser a expressão administrativo-territorial dos *Callaici Bracari*, incorporando 24 *populi* (285.000 homens livres) (Arias Vilas, 1992:30-32).

Apar da manutenção de muitos dos povoados fortificados indígenas, assiste-se a partir dos séculos I-II d.C. ao aparecimento de inúmeros povoados abertos tipo *vici* e à dispersão de habitats tipo *villae* e casais, formando uma densa

rede de povoamento, nesta região hierarquizada pela *ubs Bracara Augusta* (Braga) e vertebrada por uma ampla rede viária que ligava às principais cidades da Península Ibérica e a Roma.

Do ponto de vista económico, identifica-se um maior interesse de Roma pela exploração dos recursos minerais do NW, tendo as comunidades indígenas conservado a economia tradicional de base fundamentalmente agro-silvo-pastoril, aceitando-se que esta tenha conhecido, contudo, uma progressiva adaptação à nova organização económica desencadeada pelas novas estruturas urbanas (Dopazo Martínez *et al.*, 1996:330).

No território do PNPG identificam-se inúmeros vestígios de ocupação de época romana, desde antigos povoados indígenas que permaneceram ocupados, como o Castro da Calcedónia (Terras de Bouro), até novos

povoados abertos, como o do Cabeço do Leijó e Bilhares (Ponte da Barca) ou o da Veiga de São João (Terras de Bouro).

Alguns testemunhos epigráficos, como a estela com togado do Lindoso (Ponte da Barca) ou a “Pedra dos Namorados” da Ermida (Ponte da Barca), testemunham a penetração efetiva de padrões comportamentais romanos em zonas de povoamento serrano, reforçando a ideia de uma paisagem fortemente romanizada nos primeiros séculos da nossa era.

Mas o mais importante testemunho da romanização está materializado na chamada “Jeira”, correspondente ao traçado da Via Nova ou Via XVIII do *Itinerarium Antonini*, datável desde os imperadores Tito e Domiciano (anos 79-96 d.C.) até Decêncio (351-353 d.C.). Ligando *Bracara Augusta* (Braga) a *Asturica Augusta* (Astorga), a “Jeira” foi rasgada através das montanhas do Gerês, conservando-se aqui um troço com cerca de 20 km, uma *mutatio*, duas pontes e dezenas de miliários, constituindo-se como um dos mais notáveis testemunhos da viação romana em toda a Europa.

Acima dos 750 metros de altitude, não se identificaram quaisquer evidências arqueológicas associáveis a este período. De facto, todos os arqueossítios se situam abaixo dos 725 metros, distribuindo-se pelas vertentes baixas das serras, predominantemente entre os 450 e os 650 metros de altitude. Do ponto de vista teórico, os espaços assim delineados satisfariam todas as necessidades do suposto modelo agro-silvo-pastoril que sustentaria economicamente as comunidades desta época. A ausência de vestígios arqueológicos na vertente alta da montanha afigurar-se-ia assim compreensível e até justificado.

Acontece, porém, que atividades como a caça, o pastoreio extensivo e a exploração florestal eram amplamente praticadas pelas comunidades galaico-romanas, constituindo uma importante atividade complementar do sistema económico. Admite-se mesmo que o pastoreio extensivo e a exploração florestal possam ter-se afirmado, de

acordo com contextos económicos específicos, como atividades económicas principais (Arias Vilas, 1992:71 e segs.).

São bem conhecidas as referências à caça e ao pastoreio na região montanhosa do Bierzo (Astorga), documentadas cerca de 670-680 d.C. (Díaz y Díaz, 1974:83,87). Embora não se possa simplesmente transpor esta referência de finais do século VII para os séculos anteriores, tem vindo progressivamente a ser demonstrada a prática de pastoreio extensivo na Península Ibérica desde a época romana (Gómez Pantoja, 1993).

Aqui no PNPG esta especialização económica explicaria a existência dos povoados de Torre Grande e Bilhares (Ponte da Barca) e do Castelo (Melgaço).

O espaço de montanha estaria portanto afeto às atividades de caça, pastoreio extensivo e exploração florestal, podendo considerar-se que a ampla distribuição dos povoados terá potenciado essas atividades, revestindo uma importância socioeconómica superior à de simples atividade complementar. Admitimos mesmo que terá sido a exploração florestal a justificar a abertura da via XVIII e não a exploração de recursos minerais, aqui escassos.

4.2.4. Idade Média (1300-500 BP)

A passagem do milénio foi, na Europa, uma época de profundas transformações, fundamentalmente caracterizadas pela introdução de novas técnicas, pela afirmação dos nacionalismos, por um significativo crescimento demográfico e por uma generalizada prosperidade.

No Noroeste peninsular as tendências foram semelhantes, embora os processos da “reconquista” asturiana e leonesa, primeiro e da afirmação de Portugal como Reino soberano, depois, tenham induzido ritmos e intensidades diferentes. Efetivamente, o Sul galego e o Norte português constituíram, entre a desagregação do poder visigótico e a reorganização asturiano-leonesa, uma espécie de “terra de ninguém”, emergindo nos séculos XII-XIII como zona de fronteira, justificando uma atenção particular dos

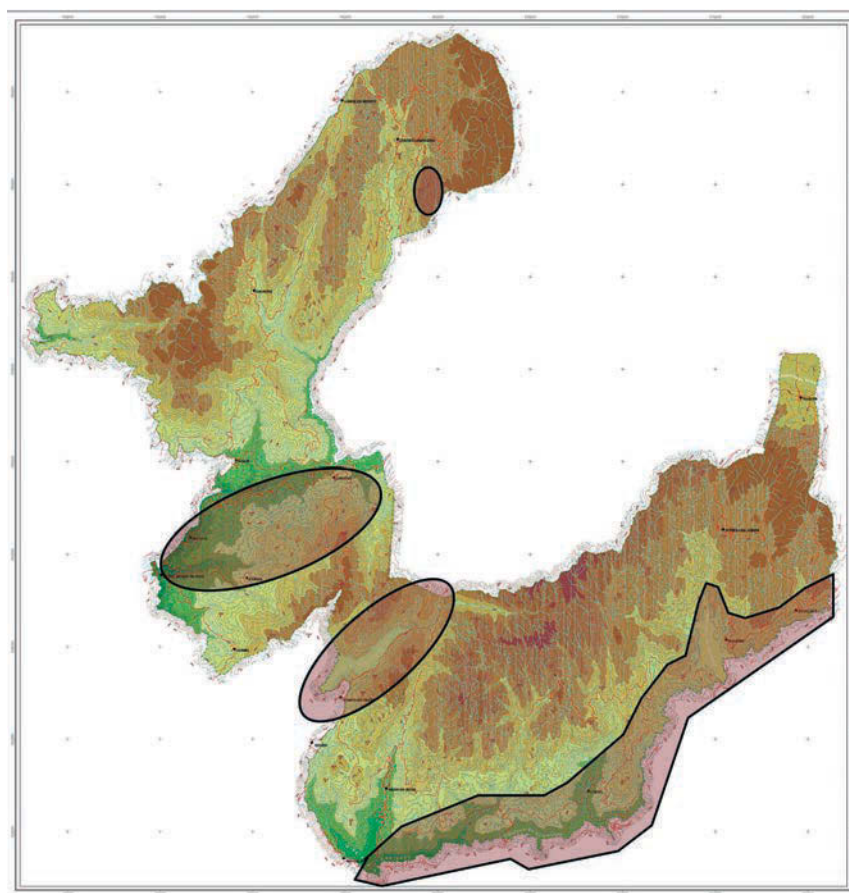


Figura 10. Ocupação Romana no PNPG (SIG/PO PNPG - LFontes).

monarcas portugueses Afonso III (1248-1279) e Dinis (1279-1325), que consolidaram a divisão territorial entre os reinos português e castelhano, fortificando a linha fronteira.

Sintomaticamente, o áspero território montanhoso do PNPG afirmou-se como um limite natural na definição da fronteira com a Galiza.

Em finais do século XI identifica-se já um povoamento perfeitamente estruturado em torno das paróquias (Costa, 1997). Com a intensificação do povoamento nos séculos centrais da Idade Média fixam-se as estruturas territoriais, diversamente hierarquizadas por igrejas, mosteiros e castelos, umas e outros fixando antigas vias ou originando novas redes de caminhos.

Assim aconteceu no território do PNPG, referindo-se na documentação do século XIII a quase totalidade das povoações atuais. Algumas já desaparecidas documentam-se arqueologicamente, como o Povoado das Pombas (Arcos de Valdevez), a Aldeia Velha do Juríz (Montalegre) ou o Povoado do Chelo (Terras de Bouro).

Entre os mosteiros, destacam-se os de Fiães (Melgaço), de Ermelo (Arcos de Valdevez) e de Pitões das Júnias (Montalegre), testemunhando o processo inicial de apropriação dos espaços serranos de fronteira.

Mas é com os castelos de Melgaço, de Castro Laboreiro (Melgaço), de Lindoso (Ponte da Barca) e de Bouro (Terras de Bouro) que a fronteira se consolida.

Unindo povoações, mosteiros e castelos, desenvolve-se neste período uma densa rede viária, materializada arqueologicamente em extensos troços pavimentados e nas inúmeras pontes que permitiam cruzar as múltiplas linhas de água que recortam o relevo, destacando-se, entre muitas, a Ponte de Dorna (Melgaço), a Ponte da Ladeira (Arcos de Valdevez), a Ponte Velha de Parada (Ponte da Barca) ou a Ponte da Misarela (Montalegre), esta última notável pela sua inserção paisagística.

Com as mais férteis mas pouco extensas veigas ou várzeas ocupadas desde os séculos da reorganização asturiano-leonesa, os séculos XII e XIII foram tempos de arroteias, conquistando-se solos aos montes, estendendo-se então as terras agricultadas pelas encostas até às margens dos regatos e dos rios. Pelas bordas dos campos, marginando os caminhos, distribuíam-se as fruteiras, dominando os castanheiros e as macieiras, aqui e ali dando lugar a alguma vinha de “enforcado”. Assim “libertos” das árvores, os campos reservam-se para o cultivo dos cereais e de forragens para o gado. É o campo-prado, hoje ainda um dos “pilares” da paisagem do NW.

São estas duas orientações básicas da produção, pão e pasto, que estruturam a paisagem agrária, aqui realizada pela convergência da criação de gado bovino com a escolha do milho-alvo ou miúdo (*Panicum miliaceum*, Lin.) e milho painço (*Setaria italica*, P.Beaw), o cereal melhor adaptado aos terrenos silicoargilosos do NW, precisamente os que mais convêm a estas gramíneas, particularmente quando se praticam abundantes adubações orgânicas e regas.

A policultura intensiva, sustentáculo da economia agropecuária das populações, conhecia nas áreas montanhosas menor diversidade e alguma especialização, aceitando-se para aí uma maior valorização do pastoreio, da cultura de cereais, das “criações” domésticas e da caça, e menos das leguminosas, vinho e fruta.

Entre a agricultura intensiva na pequena mancha envolvente das aldeias e a criação de gado nas pastagens de Verão no alto da serra, longe do

povoado, as comunidades serranas cultivavam sazonalmente, a par do pastoreio extensivo das vertentes, pequenas chãs alveolares na montanha, as “brandas”, e praticavam regularmente a caça.

No *saltus*, a zona de bosque intermédia “empiricamente «jardinada»”, isto é, produção florestal com cortes salteados e regeneração espontânea (Devy-Vareta, 1985:50), evitava-se o pastoreio de ovinos e caprinos, documentando-se bem a importância do sub-bosque de caducifólias para a criação de gado porcino nas montanhas do Noroeste português.

4.2.5. Idade Moderna e Contemporânea (500-100 BP)

Os dados arqueológicos e a documentação histórica confirmam, para este período, a consolidação do povoamento concentrado estabelecido no decurso da Idade Média, concentração evidenciada no registo de um forte crescimento populacional sem que tenham surgido novos núcleos habitacionais. Os aglomerados existentes foram incorporando os excedentes populacionais, processo materializado em novas casas e arruamentos, construídas junto às anteriores. As manchas edificadas foram aumentando progressivamente até constituírem, em finais do século XIX, tecidos urbanos consolidados.

Resultante de crescimento interno ou fomentado pela fixação de novos moradores nas zonas serranas fronteiriças, o que ressalta dos dados é o rápido crescimento do século XVIII, particularmente evidente na primeira metade - em menos de 100 anos quase duplicou o número de fogos e de habitantes, duplicação que anteriormente tinha demorado cerca de 200 anos a realizar-se.

Relacionando a área cultivada com a população humana e tomando para esta os valores globais dos censos que balizam cronologicamente este período moderno, 1527 e 1890, verifica-se que, enquanto a mancha agrícola quase duplicou, a população multiplicou-se quase cinco vezes. Mesmo admitindo que a criação de gado e a

exploração de madeiras se tenham valorizado e diminuído o peso relativo da agricultura no quadro das atividades económicas principais, é indubitável que tal divergência só pode ser explicada pelo aumento da produtividade agrícola associável à introdução e difusão do milho mais [*Zea mays*, Lin.].

Um significativo conjunto de aproximadamente 300 sítios arqueológicos, de que se destacam abrigos de pastor, currais, fojos de lobo, colmeais e brandas, dispersos pelo espaço serrano e diretamente relacionados com a sua exploração testemunham, para a época moderna, um forte incremento das atividades pastoris, de aproveitamento de matos e de lenhas e de produção de mel. Em menor número mas igualmente significativos são os documentos escritos coevos que dão conta, direta ou indiretamente, da progressivamente maior

exploração dos recursos das montanhas. Uns e outros respeitam a atuações que se inscrevem no sistema agro-pastoril especializado que se desenvolveu no decurso da Idade Média e que acabou por se realizar em pleno nos tempos modernos.

Do conjunto de fatores que convergiram no incremento da exploração da serra, destacam-se quatro: 1 - gestão autónoma das áreas serranas, pela elevação do estatuto administrativo de muitas freguesias a concelhos; 2 - introdução e rápida adaptação do milho mais como cereal principal, que se traduziu na intensificação da exploração da área de *saltus* para produção de adubo orgânico; 3 - produção de carvão (sobretudo de urze) e cortes de madeira para a indústria naval e para o estacamento das vinhas, estas últimas mais intensamente no século XVIII; 4 - intensificação do comércio do gado bovino,

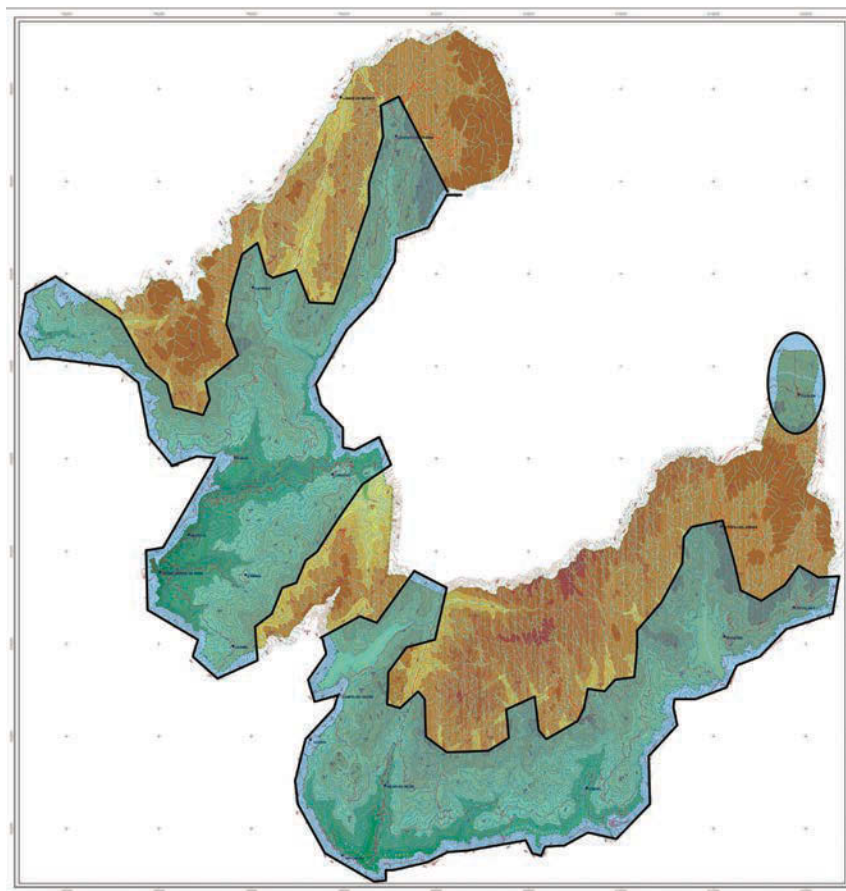


Figura 11. Ocupação Medieval no PNPG (SIG/PO PNPG - LFontes).

incrementado a partir do século XVIII com a proliferação de feiras quinzenais e mensais um pouco por toda a região. Muito do gado que alimentava esse comércio criava-se no alto das serras, transformadas então em vastas estepes desarborizadas percorridas por milhares de cabeças de gado.

A criação de gado atingiu uma dimensão relevante, materializando-se nas montanhas do PNPG, neste período, no extraordinário número de 35 brandas pastoris e 109 cabanas de pastor, desenvolvendo-se nas Serras da Peneda e Soajo um sistema de transumância que originou um modelo de povoamento peculiar, formado por “brandas” e “inverneiras”, respetivamente povoados de altitude ocupados no Verão e povoados de vale ocupados no Inverno. Para prevenir a subida dos gados para a montanha, as populações construíram fojos para captura de lobos, registando-se no PNPG 16 destas armadilhas de caça.

Acompanhando esse crescimento constroem-se novas casas e aumentam-se outras, reedificam-se templos e levantam-se os espigueiros de pedra, aproveitando um generoso recurso da natureza, a pedra granítica. Com ela tudo se constrói, das alminhas que marginam os caminhos lajeados aos pontões que cruzam as ribeiras, dos telhados dos moinhos aos pilares que sustentam as varandas alpendradas. Mas o uso preferencial do granito e o domínio da arte de o trabalhar conhecem a sua expressão maior, do ponto de vista arquitetónico e artístico, na petrificação dos espigueiros, sendo notáveis os conjuntos das eiras de Soajo (Arcos de Valdevez), do Lindoso e de Parada (Ponte da Barca).

4.2.6. Atualidade (2010)

Na atualidade, o território do PNPG é um território em mudança, particularmente evidente na alteração da ocupação e uso do solo, na regressão demográfica, na alteração da estrutura populacional e na estrutura socioeconómica.

Relativamente à ocupação e uso do solo, continuam a predominar os incultos ($I=38,91\%$) e os afloramentos rochosos ($J=35,67\%$), que registaram um ligeiro aumento, especialmente nas montanhas da Peneda e da Amarela. As áreas florestais ($F+Q+P+R+B+E$) ocupam $16,21\%$ do território, registando uma diminuição global de $3,75\%$ em relação ao ano de 1990, embora continue a predominar o carvalho, que ocupa cerca de 5.200 Ha ($7,48\%$).

Significativo foi o decréscimo da área agrícola ($C=1,99\%$), que entre 1990 e 2000 diminuiu $4,34\%$, em contraponto com o aumento dos prados permanentes e lameiros ($G=3,43\%$), que acrescentaram mais 2.384 Ha, sobretudo nos planaltos de Castro Laboreiro e da Mourela, substituindo aí campos agricultados. Estes dados sugerem uma efetiva mudança nas modalidades de aproveitamento do solo, convertendo-se áreas agrícolas em áreas de aproveitamento agropecuário.

As áreas urbanas ($U=0,76\%$) e as zonas de água ($H=2,32\%$) sofreram uma ligeira expansão, as segundas determinadas pela construção da albufeira do Lindoso. (Figuras 13 e 14)

Mais significativas são as alterações na demografia e na estrutura populacional. Considerando a evolução demográfica das freguesias que integram o PNPG entre 1864 e 2001, constata-se uma efetiva regressão, especialmente marcada pelos fenómenos de emigração das décadas de 60 e 70 do século passado, tendo hoje o PNPG menos 25% de população que em meados do século XIX!

A esta diminuição acresce uma notória feminização e envelhecimento da população, sendo este último aspeto particularmente importante, pois em 2001 registaram-se 232 idosos para cada 100 jovens, o que faz prever uma situação grave de dependência, já que para cada 100 residentes ativos existem 71 inativos.

Igualmente significativas e talvez mais importantes foram as alterações registadas na estrutura socioeconómica das populações do PNPG.

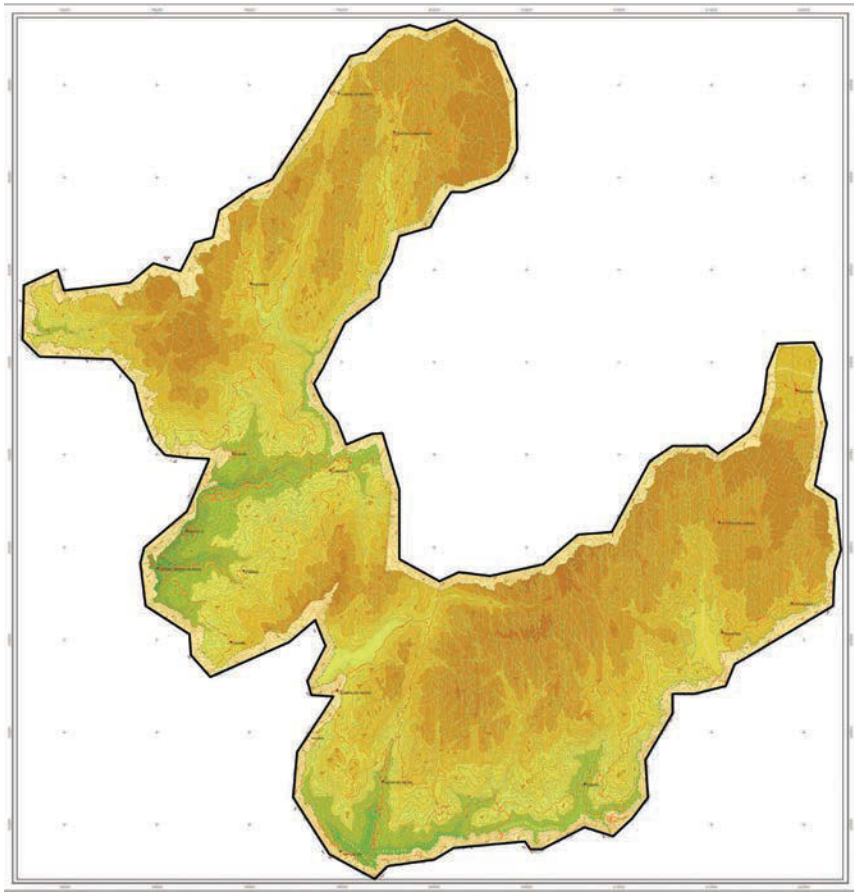


Figura 12. Ocupação Moderna do PNPg (SIG/PO PNPg - LFontes).

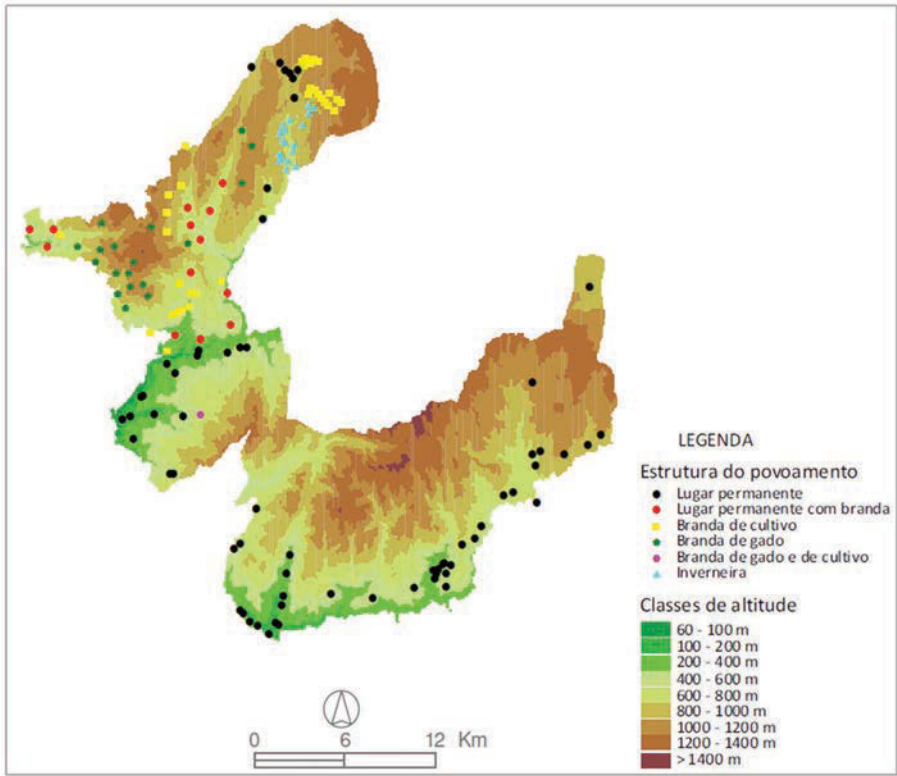


Figura 13. Povoamento atual e Carta de Uso dos Solos no PNPg (SIG/PO PNPg).

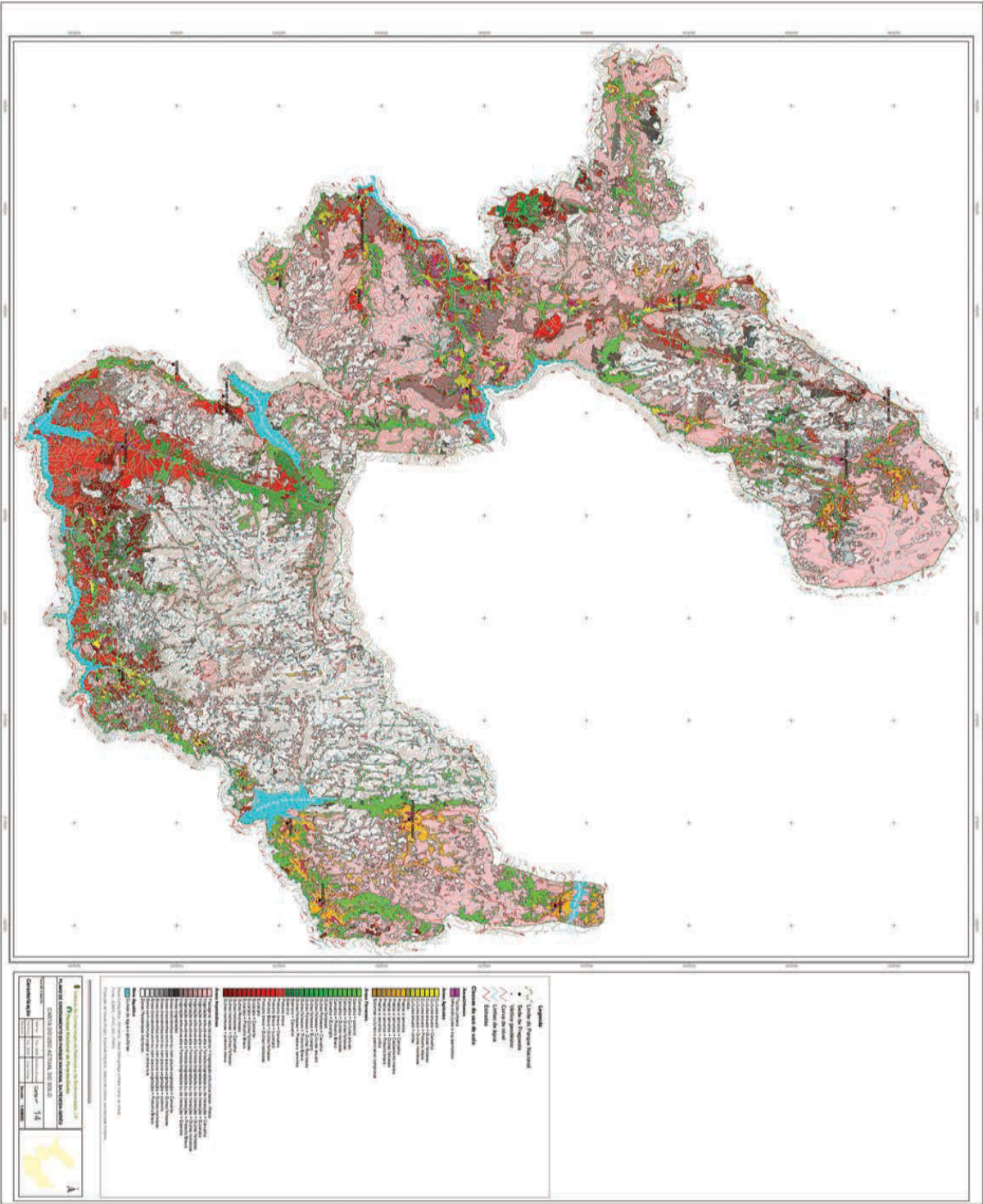


Figura 14. Povimento atual e Carta de Uso dos Solos no PNPG (SIG/PO PNPG).

O sector primário, anteriormente dominante em toda a área do PNPG, é atualmente residual, caracterizando-se ainda por uma agricultura de produção familiar que subsiste em associação com outras fontes de rendimento, fundamentalmente provenientes de subsídios de programas governamentais.

No sector secundário, do qual a população ativa residente no PNPG começa a estar dependente, a indústria associada à produção

animal, designadamente a preparação e conservação de carne, como o tradicional “fumeiro”, é a atividade industrial que atualmente oferece maior rentabilidade económica, sendo que a maioria da mão-de-obra associada a este sector é absorvida pela construção civil.

Mas o maior empregador é hoje o sector terciário, dominando as atividades relacionadas com o turismo, designadamente a hotelaria, a restauração, o comércio a retalho e serviços diversos.

Ao turismo, nos seus variados tipos (natureza, termal, religioso, cultural), deve-se o desenvolvimento da capacidade de alojamento e a oferta de atividades de lazer e de recreio, bem como a criação de infraestruturas de visita, em especial as relacionadas com a conservação, valorização e divulgação do património cultural e natural do PNPG (centros de interpretação e educação, núcleos museológicos, miradouros e áreas de merenda).

Entre as principais estruturas de visita existentes, destacam-se o Ecomuseu do Barroso, com polos em Pitões das Júnias e Tourém, o Fojo do Lobo em Fafão, o Mosteiro de Santa Maria das Júnias, o Museu Etnográfico de Vilarinho das Furnas, o Castelo de Lindoso, o Núcleo Megalítico do Planalto de Castro Laboreiro e os centros de interpretação e educação de Lamas de Mouro, Mezio, Lindoso, Covide e Vidoeiro, que se constituem como verdadeiras “portas” de acesso ao PNPG, onde os visitantes podem recolher informação e orientação para a visita ao território.

5. Conclusões

O inventário contextualizado dos sítios arqueológicos constitui um primeiro contributo para o conhecimento da ocupação humana do território do PNPG no tempo logo, cumprindo-se assim o objetivo principal do nosso trabalho.

Os procedimentos de registo e a variabilidade de escala de análise revelaram-se adequados à variabilidade qualitativa e quantitativa dos dados,

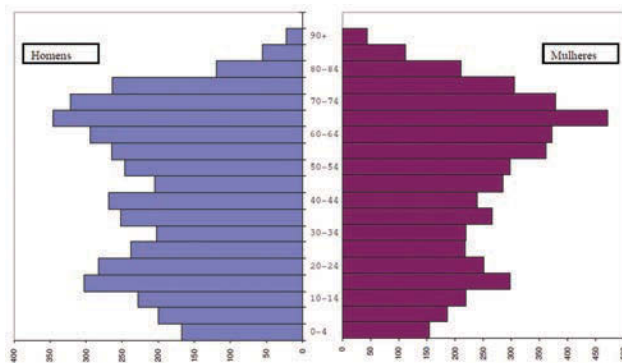
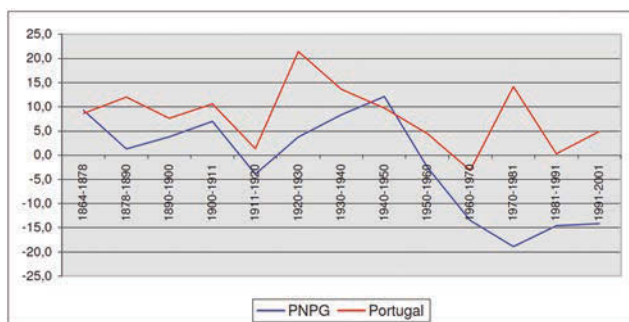


Figura 15. Evolução da população residente no PNPG entre 1864-2001 e pirâmide de grupos de idade em 2001 (SIG/PO PNPG). Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal

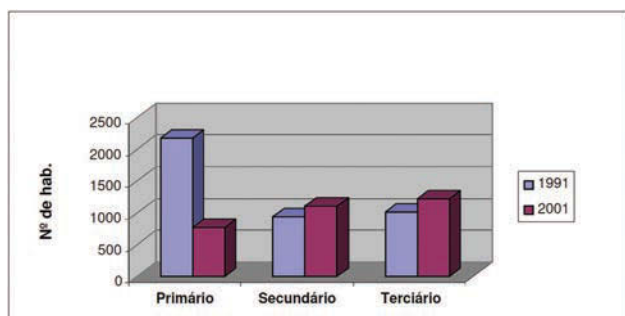


Figura 16. População empregada no PNPG, por setores de atividade (SIG/PO PNPG). Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal

expressando bem a variabilidade das expressões da atividade humana no meio ou a organização social e administrativa do espaço.

A distribuição crono-cultural dos arqueossítios é desigual, determinando um conhecimento dos diferentes períodos cronológicos igualmente desigual. Comparativamente, o passado próximo pôde ser mais e melhor conhecido que o passado longínquo. Do mesmo modo, determinados aspetos sociais e económicos, mesmo para períodos com informação global reduzida, puderam ser melhor analisados que outros.

O território do PNPG terá conhecido na Pré-História Recente (6.000/3.000 BP), o início do processo de antropização, ocupando-se preferencialmente as terras altas segundo um modelo de exploração económica assente no pastoreio e na agricultura itinerantes.

Na Proto-História (3.000/2.100 BP), regista-se uma primeira alteração da estrutura de povoamento, identificando-se um claro abandono das cumeadas mais elevadas e uma progressiva aproximação dos vales mais abertos, com uma efetiva sedentarização das populações humanas, instalada em povoados de ocupação permanente e desenvolvendo uma economia de base agro-silvo-pastoril.

A área montanhosa do PNPG parece ter ficado à margem do forte impacto da pressão antrópica sobre o meio que se reconhece ter-se iniciado neste período no NW peninsular, e caracterizado globalmente por fenómenos de significativa retração arbórea provocada por deflorestações e arroteamentos agrícolas (Ramil Rêgo, 1993:51). Poderá mesmo admitir-se que, no território do PNPG, terá havido, nos tempos imediatamente anteriores à romanização, uma recuperação do bosque caducifólio de *Quercus*, repondo-se uma paisagem novamente de domínio florestal.

Uma segunda alteração da estrutura de povoamento acontece na Antiguidade Clássica e Tardia (2100/1300 BP), evidenciada pela fundação de novos povoados em época de domínio romano. Pode afirmar-se que o incremento de povoamento, neste período,

constituiu uma efetiva penetração nos espaços serranos. Consequentemente haverá que reconhecer neste novo e alargado povoamento humano na área do PNPG, o desencadear das alterações da paisagem que terão acompanhado o processo de romanização, tal como identificado noutras zonas.

A mais significativa das alterações que se infere desta nova dinâmica de povoamento é a que respeita à alteração da cobertura vegetal. Assim, aceita-se que neste período, aqui no PNPG tal como em todo o Noroeste peninsular, o impacto da ação humana sobre o meio tenha provocado uma significativa regressão arbórea (Ramil Rêgo, 1993:53; Ramil Rêgo *et al.*, 1996:207).

Na Idade Média (1300/500 BP), a área montanhosa do PNPG conhece uma terceira configuração, com incremento de povoamento e fixação do território como zona de fronteira interestadual. A exploração das serras assentou num sistema agro-silvo-pastoril especializado, adaptado às diferentes condições ecológicas da montanha, sobressaindo nesse sistema a abundância de espaços de monte e a manutenção de um coberto vegetal diversificado, desde o prado até ao bosque (Gutián Rivera, 1993:222).

Na relação ser humano/meio, o ambiente “natural” parece ter dominado até aos séculos X-XI, período a partir do qual se regista um alargamento da área agrícola, conquistada ao espaço do saltus, a que se associa uma progressão da exploração do monte, assinalando-se então uma significativa regressão florestal (Ramil Rêgo, 1993:54). O crescimento demográfico e a organização do povoamento estabilizam ao longo do século XII, sustentados por um sistema agro-silvo-pastoril que atinge a máxima complexidade mantendo um bem conseguido equilíbrio ecológico.

A partir do século XIII assiste-se à rutura desse equilíbrio, particularmente evidente no domínio florestal. Todavia, nas áreas montanhosas do PNPG, pese embora alguns registos polínicos de sinal contrário na vertente oriental da serra do Gerês ou no vale alto do rio Vez (Ramil

Rêgo, 1993:38; Ruiz Zapata *et al.*, 1993:103), preservaram-se grandes maciços florestais. Como sublinha Nicole Devy-Vareta, aí “(...) a posição marginal da floresta, as dificuldades de acesso e as coutadas reais protegeram-na das pressões económicas das baixas regiões, ficando mais integrada nos sistemas de exploração silvopastoril local.(...)” (1985:51).

A estrutura de povoamento medieval consolidou-se no decurso da Idade Moderna e Contemporânea (500-100 BP), registando-se um importante aumento da população e um significativo incremento da exploração agro-pastoril, com fragmentação e dispersão das propriedades. Porém, esta fragmentação e dispersão foi perfeitamente compatível com a obtenção de boas produtividades agrícolas, ao contrário do que durante muito tempo se afirmou e que hoje, finalmente começa a ser compreendido, aceite e até reconhecido como boa opção ecológica da agricultura intensiva nas zonas serranas (Bentley, 1997:168-170).

Contudo, o território do PNPG foi-se progressivamente convertendo em área periférica, ficando à margem das mudanças da sociedade exterior ao mundo serrano. As suas populações desenvolveram, por isso, padrões de ocupação do espaço, modalidades de exploração dos recursos e estratégias de organização social particulares, configurando uma paisagem com características geográficas físicas e humanas únicas, que se mantiveram praticamente inalteráveis até ao terceiro quartel do século XX.

Mas, como bem observou P.J.R. Modderman (1988:61), “(...) the interaction, which is changing every second like a movie, is missing. Every living organism has its relationships with the environment; everyone is in search of the best guarantees for existence, which leads to a great variety of activities, and the result is an ever changing picture. (...)”.

Na atualidade, o território do PNPG é um território em mudança, configurando-se como uma paisagem cultural, na qual se distinguem 8 Unidades de Paisagem principais, na sua

quase totalidade resultantes da ação antrópica, orientada para cinco formas elementares de exploração: conservação da natureza, turismo, silvicultura, pastoreio e agricultura.

Pode afirmar-se que o território do PNPG, enquanto área de montanha, possui hoje uma importância acrescida enquanto fornecedor de serviços de ecossistemas, prefigurando-se que evolua, de acordo com as propostas do novo Plano de Ordenamento, para uma paisagem cultural mais complexa, num cenário de “mosaico adaptativo” capaz de responder com mais facilidade às rápidas mudanças das solicitações das populações das terras baixas e do litoral (Pereira *et al.*, 2009:327).

Sublinhamos, finalmente, a “utilidade” da arqueologia da paisagem, defendendo a vertente aplicada da investigação e do conhecimento. Os resultados obtidos poderão contribuir, tanto para fundamentar políticas de ordenamento do território, como para suscitar o desenvolvimento de ações ou projetos de intervenção que proporcionem uma vida mais qualificada aos habitantes das áreas de montanha. Porque o conhecimento arqueológico, histórico, dando a entender o real de uma determinada maneira, também proporciona instrumentos para o autoconhecimento das comunidades, permitindo-lhes agir sobre esse real (Lisboa, 1998:51; Muñoz Cosme, 2007:56).

“(...) No meio das catastróficas globalizações da paisagem, a inquietação pela beleza, inquietação pelo Outro, na qual (...) assenta o princípio da responsabilidade, não pode deixar de ser também uma inquietação pela paisagem, pois o mais secreto do seu ser múltiplo, a sua irredutibilidade às imagens objectivas da época das concepções do mundo, salvaguarda a habitabilidade deste. Contrariar a morte da paisagem (...) é contrariar a arrogância totalitária, não admitir que a esperança, com tudo o que ela implica de indeterminação e ausência de garantias, seja deposta pelo planeamento científico e económico. (...)” (Lopes, 2003:48).



Figura 17. Panorâmica sobre o castelo de Lindoso (LFontes).

6. Bibliografía

- ARAMBURU MAQUA, M.P. e ESCRIBANO BOMBÍN, R. dir. e coord. (2006) - *Guia para la elaboración de estudios del medio físico*. 3ª ed.. Madrid: Ministerio de Medio Ambiente.
- ARIAS VILAS, F. (1992) - *A Romanización de Galicia*. Vigo: Edicións A Nosa Terra.
- BENTLEY, J. (1997) - *Não gostaria de ter todas as suas parcelas num só lugar? Estudo quantitativo da fragmentação da terra no Noroeste*. TAE. Porto. XXXVII (1-2), p.165-196.
- BRITO, R. dir. (1994) - *Portugal. Perfil Geográfico*. Lisboa: Editorial Estampa.
- CARRIÓN, J. coord. (2012) - *Paleoflora y Paleovegetación de la Península Ibérica e Islas Baleares: Plioceno-Cuaternario*. Murcia:
- CARRIÓN MARCO, Y. (2005) - *La Vegetación Mediterránea y Atlántica de la Península Ibérica. Nuevas secuencias antracológicas*. Diputación Provincial de Valencia, Valencia.

- CARRIÓN & LEROY, eds. (2010) - Iberian Floras through Time: Land of Diversity and Survival. *Review of Palaeobotany and Palynology*, vol. 162.
- COSTA, A. (1997) - O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga, (2.^a edição), I. Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta.
- COUDÉ-GAUSSSEN, G. (1979) - *Les Serras da Peneda et de Gerês (Minho - Portugal). Formes et formations d'origine froide en milieu granitique*. Paris: Université de Paris I.
- CRIADO BOADO, F. (1999) - Del Terreno al Espacio: Planteamientos y Perspectivas para la Arqueología del Paisaje. CAPA. Santiago de Compostela. 6.
- DAVID, B. and THOMAS, J. eds. (2008) - *Handbook of Landscape Archaeology*. Oxford, UK: Berg Publishers.
- DAX, T. and HOVORKA, G. (2002) - A holistic approach to mountain development research: Experiences from the Federal Institute for Less-Favoured and Mountainous Areas, Austria. In *The Innovative Structures for the Sustainable Development of Mountainous Areas (ISDEMA) Conference*. Tessalónica: School of Agriculture/Aristotle University of Thessaloniki.
- DEVY-VARETA, N. (1985) - Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. As matas medievais e a "Coutada Velha" do rei. *Revista da Faculdade de Letras - Geografia*, I Série, I. p.47-67.
- DIAZ y DIAZ, M. (1974) - La Vida de San Fructuoso de Braga. Braga: Arcebispado de Braga.
- DOPAZO MARTÍNEZ, A. *et al.* (1996) - Arqueometria aplicada a yacimientos galaico-romanos del NW peninsular: valoración de la actividad agrícola y ganadera. In Ramil Rêgo P, Fernández Rodríguez C and Rodríguez Guitián M (coords) *Biogeografía Pleistocena - Holocena de la Península Ibérica*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia. p. 317-332.
- FONTES, L. (2010) - Mountain landscapes and landscape archaeology in northwest Portugal. In *Living Landscape. The European Landscape Convention in research perspective*, Volume I, Papers, Firenze: Bandecchi e Vivaldi, p.204-226.
- Fontes, L. (2012) - *Arqueologia, povoamento e construção de paisagens serranas: o termo de Lindoso, na Serra Amarela*. Tese de doutoramento em Arqueologia (área de especialização em Arqueologia da Paisagem e do Povoamento), Braga: Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/20982>
- GÓMEZ PANTOJA, J. (1993) - Buscando a los Pastores, *TAE*. XXXIII.3-4:446-459.
- GUITIÁN RIVERA, L. (1993) - Sistemas de Utilización del Espacio y Evolución del Paisaje Vegetal en las Sierras Orientales de Lugo. In Pérez Alberti A, Guitián Rivera L, Ramil Rêgo P (eds.) *La Evolución del Paisaje en las Montañas del Entorno de los Caminos Jacobeos*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia. p. 211-224.
- HERNÁNDEZ LEÓN, J. (2007) - Sobre el Paisaje Cultural. In *Paisaje Cultural. EURAU 08*. Madrid: Ministerio de Fomento e Universidad Politécnica de Madrid. p. 11-13.
- LISBOA, J. (1998) - Podíamos não considerar o tempo? In *Vértice*, 87, II Série:49-55.
- LOPES, S. (2003) - Uma paisagem é uma paisagem? In *Ler. Livros & Leitores*, 60:43-49.
- JULIÁ, R. *et al.*, (2007) - Climatic and land use changes on the NW of Iberian Peninsula recorded in a 1,500-year from Lake Sanabria. *Contributions to Sciences*, 3 (3):355-369.
- MARTINS, M. (1990) - *O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado*. Braga: Universidade do Minho.

- MEDEIROS, C. (1991) - *Geografia de Portugal. Ambiente Natural e Ocupação Humana: uma introdução*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa.
- MODDERMAN, P. (1988) - Thoughts on archaeology, geography and scales. In Bintliff J, Davidson D, Grant E, (eds) *Conceptual Issues in Environmental Archaeology*, Edinburgh: University Press. p. 59-63.
- MUÑOZ COSME, G. (2007) - El paisaje y la historia. In *Paisage Cultural. EURAU 08*. Madrid: Ministerio de Fomento e Universidad Politecnica de Madrid. p. 56-58.
- OLIVEIRA, M. (2000) - *O registo paleocarpológico do NO peninsular entre o IIIº e o Iº milénios a.C. Contributo para o estudo da alimentação pré e proto-histórica*. Braga: Universidade do Minho.
- ORENGO, H. e EJARQUE, A. (2008) - Metodología aplicada en el análisis del paisaje del Massís del Garraf. In Riera S, (ed.) *La historia del paisaje cultural del massís del Garraf a partir de la resolución de casos*. Barcelona. p. 81-86.
- PEREIRA, H. et al. eds. (2009) - *Ecossistemas e Bem-Estar Humano. Avaliação para Portugal do Millenium Ecosystem Assessment*. Lisboa: Escolar Editora.
- PO-PNPG (2011) - Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda - Gerês. Estudos de Caracterização e Diagnóstico, (policopiado), Parque Nacional da Peneda-Gerês / Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade: Braga. [consultado em 30 Jun. 2012]. Disponível em WWW: _URL: <http://goo.gl/zZK77>
- RAMIL RÊGO, P. (1993) - Evolución Climática e Historia de la Vegetación durante el Pleistoceno Superior y el Holoceno en las Regiones Montañosas del Noroeste Ibérico. In Pérez Alberti A, Guitián Rivera L, Ramil Rêgo P (eds) *La Evolución del Paisaje en las Montañas del Entorno de los Caminos Jacobeos*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia. p. 25-60.
- RAMIL RÊGO, P. et al. (1996) - Modificación de la cubierta vegetal y acción antropica en la region del Minho (Norte de Portugal) durante el Holoceno. In: Ramil Rêgo P, Fernández Rodríguez C and Rodríguez Guitián M (coords) *Biogeografía Pleistocena - Holocena de la Península Ibérica*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia. p. 199-214.
- RIBEIRO, O., LAUTENSACH, H. e DAVEAU, S. (1994) - *Geografia de Portugal. II. O Ritmo Climático e a Paisagem*. 2ª ed.. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- RUIZ ZAPATA, B. et al. (1993) - Datos preliminares sobre la evolucion de la vegetacion en las Sierras del Noroeste de Portugal durante el Holoceno. *Actas da 3ª Reunião do Quaternário Ibérico*. Coimbra: Universidade de Coimbra. p. 97-104.
- SILVA, A. (2007) - *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. 2.ª ed.. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira.
- TRANOY, A. (1981) - *La Galice Romaine. Recherches sur le nor-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité*. Paris: Diffusion du Bocard.